



“O Brasil precisa entender melhor o que significa o fracasso das crianças no início da escolarização”

Claudio Conceição e Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Foto: EBC

À frente do segundo posto mais importante do Ministério da Educação, Izolda Cela leva consigo uma lição de sua experiência trabalhando com educação pública nas instâncias municipal e estadual: a de que políticas nacionais, para serem bem-sucedidas, precisam garantir espaços de autonomia para que seus verdadeiros operadores possam adaptá-las às suas realidades. Esse é o princípio que esta psicóloga de formação buscou preservar mesmo diante da pesada agenda do MEC no primeiro ano de governo, cujo balanço ela faz nesta

entrevista. Da quase uma hora de conversa, também emerge a preocupação com a qualidade da alfabetização das crianças brasileiras – bandeira que marca sua atuação desde quando foi secretária de Educação em Sobral, onde surgiram as bases do Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), com evidências de redução de desigualdades e aumento do nível de aprendizagem estudantil. “Não vamos ter bons resultados adiante, seja para a produtividade, no resultado do Pisa, com uma base desarrumada e ineficiente”, afirma.

Conjuntura Econômica — A chegada sua e do ministro Camilo Santana ao MEC gerou grande expectativa, dados os excelentes resultados que o Ceará obteve com políticas voltadas ao ensino público – a começar por Sobral e o foco na educação básica. Há, entretanto, certa frustração em relação ao primeiro ano de gestão, pois se esperava mais celeridade na definição de políticas. Como a senhora avalia esse período?

Nunca temos essas respostas de forma absoluta. Eu sou, geralmente, uma das que tem uma visão sempre crítica e acho que temos que olhar mais para o que nos desafia. Brinco sempre que eu tendo a “baixar a bola” quando se fala, por exemplo, dos bons resultados do Ceará. Conversava sempre com as redes, com interlocutores diversos, chamando atenção para o fato de os resultados serem bons, relativamente. Ou seja, quando observamos a nossa linha de base, quando nos comparamos com nossos pares. Não é desmerecer o bom trabalho e o notável esforço dos que se dedicam diariamente a isso; mas é só para termos o pé na realidade daquilo que ainda nos desafia muitíssimo para a entrega de uma escola de qualidade para todas e todos. Então, a minha atitude é de acolher as críticas e pensar sempre, o que podemos fazer mais e melhor?

Com relação ao MEC, temos uma posição sobre a educação básica – e mesmo a educação superior, nossa própria rede, que é uma rede forte, autônoma –, de que não somos executores diretos da política. Estamos em colaboração, nessa intermediação com quem é responsável diretamente pela execução da política, que é responsável pela matrícula, pela gestão direta. Isso é algo muito relevante.

Até acho que a gente precisa ter cuidado com o cometimento de muitas propostas, de muitos projetos, porque não se trata só de ter uma ideia para alguém executar, especialmente quando se fala nas redes e o contexto que isso envolve.

Olho pela perspectiva de quando fui secretária e na minha relação com o Ministério da Educação. Vivemos em uma boa cooperação com um ministério proativo, ligado em melhorar a educação. Tivemos políticas muito convergentes, em que nós aproveitamos muito bem a proposição do ministério e o apoio que eles ofereceram como política nacional. Um exemplo foi o programa Brasil Profissionalizado. Quando veio aquela possibilidade de fomento para essa linha de criação de matrículas de educação profissional articulada ao ensino médio, aproveitamos muito bem a partida de recurso financeiro que seria difícil para o estado garantir sozinho para investimento, e construímos o nosso projeto com um espaço importante de autonomia. Fizemos a modelagem a partir das diretrizes gerais do ministério, toda a construção mesmo do projeto no estado de forma muito autônoma, com parceiros.

Por outro lado, também percebia algumas situações em que havia uma desconexão entre aquilo que o ministério propunha e a realidade do momento. Quando o programa do ministério vinha mais fechado, complicava. Tratava muito isso com o (ministro Henrique) Paim, Romeu (Caputo, secretário da Educação Básica), que nos ajudaram muito na época, dizia que não ia funcionar. Mas o ministério também tem seus constrangimentos com relação a como fazer a aplicação dos recursos, e a possibili-

dade de customização muitas vezes é restrita por conta dos controles. Mas meu lema é: quanto menos a gente atrapalhar, melhor. Depois, temos que ver como ajudar.

Como foi sua chegada no Ministério da Educação, quanto à estrutura recebida e os efeitos de uma pandemia?

Sempre penso que não devemos ficar gastando muita energia com o passado, mas antes mesmo de chegar ao ministério, na minha relação com a pasta como governo cearense (*antes de ser empossada como secretária executiva, Izolda foi vice-governadora, assumindo o governo quando o então governador, Camilo Santana, renunciou para disputar uma vaga no Senado*), o que me chamava a atenção era perceber um ministério de costas para os estados e municípios, em um vazio de interlocução. Era como se o ministério fosse um fazedor de propostas de políticas para as escolas implementarem esses projetos que eles consideravam importantes e que passavam muito ao largo dos grandes desafios da educação brasileira. A sensação que eu tinha, diante de discussões como a do *homeschooling*, é de que eles conheciam pouco o Brasil.

Assim, um dos nossos primeiros movimentos foi mesmo o de reestruturação do ministério, incluindo uma recomposição orçamentária, que foi possível com a PEC da Transição. A PEC possibilitou um respiro para a recuperação de alguns orçamentos que estavam mais fortemente impactados, como uma recuperação para universidades e institutos federais, que sofreram muitíssimo ao longo dos anos, para a alimentação escolar, para os mais de 200 mil bol-

sistas, desde aqueles com bolsa permanência até as bolsas acadêmicas. Sabemos da importância disso para a dinâmica da nossa produção científica. Também é preciso lembrar das cerca de 5,6 mil obras paralisadas, além das cerca de 2,4 mil que estavam em andamento, mas em ritmo lento, com muitas dívidas.

Então, foi realmente esforço muito grande para dar um primeiro empuxo. Também houve o reposicionamento de algumas áreas no MEC que nunca deveriam ter saído, como a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), que trata exatamente dessa tarefa de olhar o Brasil e as dificuldades. A extinção à época da Secadi é um sinal dessa pouca visibilidade que o Brasil possuía, com suas grandes desigualdades e necessidades. Porque temos uma situação ainda muito rebaixada, e sabemos que precisamos melhorar olhando para aqueles que, de forma mais dura, têm pagado a conta dessa situação de desigualdade. A gente não pode melhorar uma média deixando para trás populações e grupos étnicos. Então, tudo isso fez parte desse primeiro momento de reestruturação, além de situar um novo planejamento institucional, estratégico.

Começamos já nos comprometendo com aquilo que especialmente nos convoca. Por exemplo, com educação básica, com a construção do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, para ter o foco na alfabetização na idade certa. Este é um capítulo à parte. Enfatizo muito isso porque percebo que o Brasil ainda precisa entender melhor o que significa o fracasso das

crianças no início da escolarização. Inclusive, para a produtividade adiante, para o resultado do Pisa. Não vamos ter bons resultados com uma base desarrumada e ineficiente.

Outro ponto é o tempo integral. Ao mesmo tempo em que nós trabalhamos o planejamento, também já estávamos ocupados em fazer a configuração desse plano, de forma compartilhada, ouvindo, fazendo os ajustes necessários e possíveis. E por que o tempo integral ou estendido? Para termos a possibilidade de ter

Sabemos que precisamos
olhar para aqueles que, de
forma mais dura, têm pagado
a conta da desigualdade.
Não podemos melhorar uma
média deixando para trás
populações e grupos étnicos

mais qualidade. Não é mais do mesmo, não é apenas tempo estendido. Temos as evidências de que é preciso qualificar mais as aprendizagens, o currículo, aquilo que acontece tanto do ponto de vista dos conhecimentos acadêmicos, como também do ponto de vista de uma visão de formação mais integral dessa moçada. Isso envolve saúde mental, convivência, ciência, arte, cultura, coisas que uma

criança e um jovem precisam ter no seu repertório formativo. Além da conectividade, ponto que também foi trazido como algo importante e necessário para se avançar.

No caso do Novo Ensino Médio, sua implementação foi suspensa no ano passado, para que houvesse uma re-discussão das bases, e a votação da nova proposta foi adiada para este ano. Qual sua expectativa quanto a um novo momento de efetivação desse modelo, depois de uma tentativa inicial que causou frustração inclusive entre os alunos?

Vimos, a partir da abertura da consulta pública, que houve uma participação ampla – cerca de 130 mil participantes, entre jovens e professores. Usamos diferentes canais, como webinários com especialistas e uma pesquisa por WhatsApp, que foi muito dinâmica e acessível para que as pessoas pudessem se manifestar. Também recebemos, mais recentemente, uma pesquisa feita pela Unesco, que ainda divulgaremos mais detalhadamente, que corrobora que houve um problema muito significativo com relação à implementação daquilo que estava proposto. Uma coisa é o desenho, supostamente arrumado, com objetivos que em tese são muito defensáveis. Vale lembrar que essa proposta de reforma do chamado novo ensino médio se origina de um processo coordenado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) quando eu ainda era secretária de Educação, e inclusive cheguei a participar de audiência pública promovida pelo deputado em Fortaleza. Então há elementos, da essência do modelo, que vêm daí. A forma de implementação,

entretanto – com medida provisória, de forma acelerada, o contexto político, a pouca escuta, um baixo nível de envolvimento das redes – gerou uma situação desfavorável.

Mas dentro da proposta há teses superdefensáveis e até desejadas pelos jovens. Outro dia estava em conversa com representantes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e constatei que todo mundo quer um ensino mais significativo, mais articulado, intersetorial. Todos defendem a importância de uma visão mais clara dos conteúdos. Outra coisa que é praticamente consenso é o desejo dos jovens pela educação profissional articulada ao ensino médio. A pesquisa da Unesco confirmou isso, com 85% de menções. E tinha na proposta original de itinerários a educação profissional. Todo mundo também defende a importância de ter mais tempo na escola, para qualificar mais o currículo e para que os professores possam ter uma melhor condição de trabalho. Quando o professor tem uma carga horária dedicada a uma escola só, faz muita diferença. Ele tem a oportunidade de criar mais vínculo com os estudantes, criar aquele ecossistema pedagógico de compartilhar os desafios de pensar sobre a gestão das aprendizagens. Tudo isso acontece em um ambiente favorável, em que as pessoas possam ter a disponibilidade de tempo. Mas o que que aconteceu? Uma implementação açodada, que levou a um aprofundamento de desigualdades entre redes e, dentro de uma rede, entre escolas.

O Brasil é muito diverso. Quando você pensa em escola de ensino médio, você tem um leque amplo de tipos de especificidades. Mais de 50% dos municípios brasileiros têm

somente uma escola de ensino médio. Então, pensar por exemplo na oferta de itinerários formativos variados é possível para algumas, mas para a grande maioria não é.

Uma das manifestações dos jovens que acompanham mais fortemente esse processo é precisamente quanto à desigualdade de condições e de oferta. E um dos receios quanto a esse aprofundamento de desigualdade é seu reflexo no Enem, posto que aqueles com a melhor das condições de implementação do novo modelo

O PL (do ensino médio)
fez mudanças no que era
mais sensível, recuperando
o tempo de formação
geral básica, com um
horizonte para promover
a diversificação

de ensino médio teria melhores condições de se preparar para o Enem.

Como o Ministério da Educação pretende corrigir esse rumo?

Conseguimos, diria que historicamente, um nível de consenso possível entre representações das instituições e as entidades que estavam ali na coordenação, acompanhando a consulta

pública – que eram Consed, Foncede (*que representam secretários estaduais e os conselhos estaduais e distrital de educação*), Fórum Nacional de Educação, com a representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da sociedade civil; a Ubes, o Conselho Nacional de Educação e o ministério. Conseguimos chegar a uma proposição de PL que alterou os pontos colocados como mais sensíveis, inclusive pelos professores. A pesquisa da Unesco mostra, por exemplo, que os professores se sentiam despreparados. Não era uma reação da parte de muitos, tampouco era uma reação ideológica. Dá para apreender que foi mesmo uma questão de se sentir despreparado. Eles até reconhecem que houve um esforço das secretarias de Educação de implementar o modelo, mas que não foi suficiente para gerar uma boa condição dentro da escola.

Então, esse PL fez mudanças naquilo que era mais sensível, recuperando o tempo de formação geral básica, com um horizonte para se promover a diversificação. Ou seja, vamos fazê-lo com mais prudência e mais participação, na medida em que os processos de capacitação de preparação para o novo modelo estejam mais assimilados, mais reais dentro da escola. Por enquanto, o foco é recuperar esse tempo da formação geral básica, e promover algumas travas importantes com relação, por exemplo, à utilização da educação a distância. Colocá-la em um devido lugar, como complementar, e resguardando o tempo necessário para a oferta da formação profissional. Isso é algo que preocupava alguns estados, que queriam expandir a oferta de educação profissional em cursos

de 1 mil a 1,2 mil horas, o que divergiria com o tempo da formação geral básica. Então, colocamos que é possível fazer excepcionalidades, de forma progressiva, com a rede ali se comprometendo, com conforto, de fazer a reposição disso.

Tudo isso foi acertado e apresentado para o Congresso Nacional, que tem a sua competência de acatar, ouvir e fazer também suas ponderações. No primeiro momento, o relator quis trazer o modelo antigo de volta, houve um impasse, e o ministro buscou reunir as bancadas, as lideranças para explicar a proposta. Aqui, não temos particularmente apegos pessoais. O processo foi muito mais de colocar aquilo que se aprendeu. É na escuta das redes que podemos pensar em melhorias e em desenhos que tragam mais qualidade a uma política de ensino médio. E um projeto de lei não encerra todas as questões. Temos a tarefa da construção que é mais do que simplesmente um documento, mas um compromisso voltado para a melhoria do ensino médio com um ritmo mais vigoroso, superando grandes entraves que ainda temos. Isso exige o compromisso de todos. Com o reinício dos trabalhos no Congresso, esperamos a tramitação do projeto de lei, na expectativa de que seja acatado.

Este ano também haverá a definição do Plano Nacional da Educação para a próxima década. O que pretendem trazer de novo em relação ao anterior, e o que acham que é possível fazer para que ele saia de fato do papel, posto que poucos dispositivos deste plano que vence agora foram cumpridos?

Veja, não é difícil perceber que os Planos Nacionais de Educação são pouco considerados de fato. Quais são as evidências de algum tipo de ação de política, na gestão passada, que tivesse o objetivo de alcançar as metas propostas? Boa parte das metas não seriam inalcançáveis, ainda que seja preciso considerar que houve uma pandemia atravessando esse período, com impactos severos, e um período pós-pandemia com tudo que representou a retomada das aulas presenciais.

Penso nos livros
clássicos que colaboraram
para construir minha
visão de mundo, e dá certo
aperreio ver crianças
que não se interessam
mais em ler

Mas temos que pensar que, se não alcançarmos a meta, precisamos ao menos chegar mais perto, nos movimentarmos em algumas coisas que foram consideradas e acho que serão. Já poderíamos ter chegado mais perto. Mas aí, novamente, se trata da questão do ritmo, até que ponto a configuração na sociedade, na liderança dos governos, na liderança política, realmente impulsiona um ritmo mais vigoroso.

Como pensa o envolvimento cada vez maior das crianças e jovens com a digitalização e o desafio de prepará-los para esse mundo em que a inteligência artificial ganha cada vez mais espaço?

Particularmente, fico um pouco nervosa quando vejo a tendência das novas gerações de buscarem informações rápido, não se interessarem por leituras longas, vídeos que ultrapassem uma determinada quantidade de segundos. Penso nos livros clássicos que minha geração teve oportunidade de ler, aqueles que para mim foram tão estruturantes, colaboraram para construir minha visão de mundo, e dá certo aperreio quando ouço de perfil geracional de crianças que não se interessam mais em ler.

Mas é preciso ter um lastro maior, para se situar bem nesse momento que vivemos. Lembrar, por exemplo, que o sistema solar que se estudava em uma ilustração no papel hoje pode ser visto sob diversas perspectivas no computador. O ministério tomou como responsabilidade promover uma boa condição de conectividade nas escolas. Não é exatamente um programa, mas uma estratégia nacional, que demanda a articulação de outros setores – tarefa que iniciou no ano passado – pois o MEC sozinho não tem, nem de longe, orçamento para cumprir esse objetivo. Assim, temos não só outras fontes de recursos, como também responsáveis pela matéria: o Ministério das Comunicações, a Anatel, o FUST, o BNDES como gestor do recurso que pode ser investido nesse projeto. Também o próprio Ministério das Minas e Energia, com uma parcela pequena, mas ainda importante, porque nos constrange saber que mais de 4 mil escolas ainda não têm energia elétrica.

Tem um decreto presidencial que determinou a coordenação dessas partes para que possamos garantir conectividade, a infraestrutura necessária – por terra, onde for possível, satelital, principalmente nas áreas da Amazônia –, e com isso garantir às escolas condições de ter uma conectividade a serviço das suas práticas pedagógicas e de gestão, área em que estas podem avançar muitíssimo. Imagine o que é uma escola que, no começo da manhã, o diretor já possa com um clique saber quantos alunos estão presentes, qual sala de aula em que se faltou mais? Identificar qual criança já faltou pelo segundo, terceiro dia seguido? Quando a gente fala em qualidade, tem essas questões reais, do dia a dia, que fazem toda a diferença. Essa questão das faltas, por exemplo, acende uma luzinha de risco de abandono. Um comportamento leniente nesses casos tem uma influência forte nesses mais de 400 mil alunos do ensino médio que ao longo do ano abandonam a escola. Esse número já foi maior, mas isso não nos tira o assombro desse quantitativo. Imagine o que significa 450 mil jovens de 15 a 18 anos fora da escola. Para fazer o quê? Isso é um exemplo do uso real da conectividade a serviço da gestão e das práticas pedagógicas, o que faz muita diferença. Tem muita coisa bacana que a tecnologia permite.

Garantir infraestrutura e conectividade boa e funcional, entretanto, é apenas uma parte da história. No caso das escolas de ensino fundamental da rede municipal por exemplo, o Censo Escolar de 2020 aponta que 70% têm internet, mas apenas 32% têm *wifi* para uso dos alunos. Outro dia mesmo, conversando com o pessoal da Ubes, um deles, que é de uma das maiores cidades do Cea-

rá, contava que em sua escola havia conectividade, mas que seu uso era restrito à direção e coordenação. É um tipo de conectividade que não chega para quem está na sala de aula, para o professor, que não conta com essa possibilidade de recurso. É um desafio realmente muito grande, porque tem toda uma pauta para ser cumprida, que também inclui a preparação das equipes escolares para o bom uso. Se hoje, por um passe de mágica, pudéssemos colocar a velocidade ideal de internet em todas as

É super importante
botar a tecnologia na mão
dos alunos, mas tecnologia
nenhuma substitui,
nem de longe, a relação
de aprendizagem com
o professor

escolas, ela ainda seria subutilizada no curto prazo, porque ainda não temos lastro de preparação, de capacitação das pessoas para isso. Então é super importante botar a tecnologia na mão dos alunos. Eles querem isso, pedem aulas mais interativas, o que é justo. Mas é importante lembrar que tecnologia nenhuma substitui, nem de longe, a relação de aprendizagem com o professor.

Aqui acho que falo como psicóloga, mas também com minha experiência de vida e de acompanhar a relação de aprendizagem, que é uma relação humana, um encontro onde faz muita diferença a presença de um professor estimulado, com altas expectativas acerca dos seus alunos. O professor que tem alta expectativa vibra com as vitórias deles. Isso gera um tipo de motor de desejo, porque a gente constrói os nossos desejos também a partir do olhar dos outros que são significativos para nós. Então, é muito importante saber que a tecnologia vem para incrementar, para dar recurso para fortalecer essa relação. Os jovens confirmam isso. Outro dia participei de uma rodada de conversa com jovens adolescentes pois também estamos com foco no programa Escola dos Adolescentes, que cursam da sexta à nona série. Fizemos um circuito de seminários, e uma rodada com a participação deles. Uma das perguntas que fizemos é o que mais gostavam da sua escola, uma situação boa que você viveu, e também uma situação difícil, para trazer coisas reais da vida deles. No caso da escola, o que mais eles destacaram foi o relacionamento com os professores. Em tudo, nas coisas boas e nas dificuldades também, o que pegava era o relacionamento. Por isso, precisamos promover tudo o que for possível disponível a serviço de uma boa formação, e para isso o fortalecimento de vínculo é importante. É lindo você ouvir um estudante, como eu ouvi recentemente em reunião do Conae, de que a educação de qualidade pública salvou a vida dele. E acredito muito nessa experiência positiva e construtiva que se tem nas escolas como elemento transformador das pessoas. 